

A. I. Nº - 300200.0097/04-0
AUTUADA - ELIANA FRANÇA DE ALMEIDA BRITO (ME).
AUTUANTE - JOSÉ CARLOS ALMEIDA DE ABREU
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 15/09/05

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0010-05/05

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. OPERAÇÕES DE VENDAS SEM EMISSÃO DO DOCUMENTO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA. A legislação prevê a aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória aos estabelecimentos que forem identificados realizando operações sem emissão da documentação fiscal. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 22.10.04, para aplicar a multa no valor de R\$ 690, 00, decorrente da falta de emissão de documentos fiscais nas operações de saídas de mercadorias para consumidor final apurada através de Auditoria de Caixa.

Através de procedimento de Auditoria de Caixa (Termo à fls. 14), a fiscalização apurou o valor de R\$ 670,57 (seiscentos e setenta Reais e cinquenta e sete centavos) como diferença entre o valor constante do Caixa (dinheiro, tickets e vendas em cartão de débito – Visa Eletron, Redecard e Nutricash) e de documentos fiscais (fls. 5 a 11). Na ocasião, o preposto fiscal emitiu a nota fiscal nº 296, afirmando assim a verificação realizada.

O contribuinte em sua defesa (fls 34 e 35) alega que o preposto fiscal não considerou em seus cálculos o saldo inicial de abertura de caixa e que as vendas em cartão foram computadas pela empresa como se “à vista” fossem, uma vez que se tratam de cartões em que *“o débito é efetuado automaticamente na conta do emitente”*. Os cupons fiscais referentes a estas saídas teriam sido assim devidamente emitidos e assim já constam das leituras X (com os valores de vendas dos ECFs) no campo referente às vendas em dinheiro.

Finaliza requerendo a nulidade da autuação.

O autuante em sua informação fiscal, prestada às fls. 43 e 44, diz que solicitou ao autuado a apresentação do saldo inicial de abertura de caixa, tendo sido informado que não havia tal. Por esta razão, teria riscado o campo correspondente no Termo de Auditoria de Caixa, não considerando qualquer valor a este título.

Pondera que esta solicitação é um procedimento de rotina do fisco e observa que o próprio contribuinte pode registrar no Equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) o saldo inicial, mas assim não o fez.

Observa que a Auditoria de Caixa descreve os valores encontrados no caixa com as diversas formas de pagamento, confrontando-os com os documentos fiscais emitidos. Assim, a forma de pagamento não possui relevância neste tipo de procedimento fiscal.

Por fim, diante dos argumentos apresentados requer a procedência da autuação.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir multa de R\$690,00, por falta de emissão de nota fiscal de venda a consumidor, constatada através do roteiro de Auditoria de Caixa, conforme se vê à fl. 09 dos autos.

Inicialmente rejeito a arguição de nulidade feita pelo autuado, uma vez que não se configura quaisquer das causas ensejadoras desta, conforme disposto no art. 18, do RPAF/99. Nos autos, os documentos acostados e as informações do autuante, narram objetivamente a infração cometida, bem como os dispositivos infringidos e multas aplicadas, além de indicar o valor que está sendo exigido. O próprio autuado não encontrou dificuldades em orientar a sua defesa, vez que tinha conhecimento claro da imputação.

Quanto à alegação da defesa de não ter sido computado o saldo inicial de Caixa no levantamento fiscal realizado, creio que a informação do autuante esclarecendo que apesar de solicitado este saldo, ter sido informado que não havia tal, dirime qualquer dúvida que possa haver a respeito. Daí o porquê do saldo inicial de Caixa constar como riscado no campo a este correspondente no Termo de Auditoria de Caixa.

Observo que neste procedimento de auditoria, o numerário existente na gaveta do Equipamento Emissor é contado, a vista de representante do contribuinte, adicionado ao valor do saldo inicial de caixa e dos comprovantes de pagamento (cartão de crédito, débito e tickets variados). Depois, é feita a dedução dos cupons e notas emitidas naquele dia. O valor aceitável após esta operação aritmética é o de R\$ 2,00 (valor pelo qual o RICMS permite a emissão posterior do documento fiscal). Qualquer outro montante é considerado pelo fisco como falta de emissão de documentos fiscais nas operações de saídas de mercadorias para consumidor final.

Assim, o argumento defensivo que “vendas em cartão foram computadas pela empresa como se à vista” fossem, não guarda nenhuma relevância. Como já foi visto, neste procedimento os valores encontrados no caixa, nas mais diversas formas de pagamento, são confrontados com os documentos fiscais emitidos. Por isto, a forma de pagamento, se a dinheiro ou cartão, não possui significância.

Entendo que a infração à norma estabelecida no art. 201, está configurada, pois através de levantamento fiscal realizado pelo auditor, utilizando o procedimento de auditoria de caixa, ficou comprovada a existência de valores em caixa sem a documentação comprobatória de sua origem e sem os correspondentes documentos fiscais emitidos para as operações.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 300200.0097/04-0**, lavrado contra **ELIANA FRANÇA DE ALMEIDA BRITO (ME)**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$690, 00**, prevista no art. 42, XIV-A “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de agosto de 2005.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - RELATOR

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR